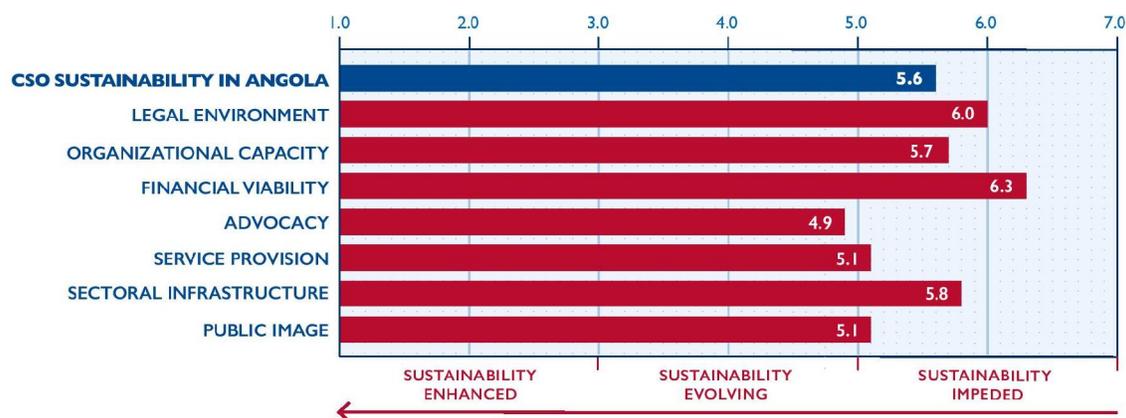


## SUSTENTABILIDADE GERAL DAS OSCs: 5.6



O Governo de Angola sob liderança do Presidente, João Manuel Gonçalves Lourenço, continuou a tomar medidas progressivas para reduzir a corrupção e introduzir políticas mais abertas em relação às Organizações da Sociedade Civil (OSCs), ativistas dos direitos humanos e jornalistas em 2019. O governo avançou na sua campanha anticorrupção ao recuperar mais de 5 mil milhões de dólares em activos do estado roubados por meio da corrupção e lavagem de dinheiro e lançou investigações sobre a enorme riqueza da família do antigo Presidente, José Eduardo dos Santos. Como resultado destes esforços, Angola saltou sete pontos no Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional em 2019, ao marcar 26 de 100 possíveis. A liberdade na internet em Angola também melhorou quatro pontos, de acordo a Freedom House, embora o país permaneceu “parcialmente livre”, pois o governo manteve o controlo sobre a esfera digital.

No mês de Outubro, Angola ratificou três importantes tratados internacionais de direitos humanos: O Segundo Protocolo Opcional ao Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos que visa abolir a pena de morte; a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes; e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. A liberdade de imprensa melhorou parcialmente. Num importante passo à frente, o parlamento adoptou um novo código penal no mês de Janeiro, que descriminaliza as actividades entre pessoas do mesmo sexo e proíbe a discriminação com base na orientação sexual. O novo código penal também criminaliza a difamação, insulto, e o “abuso da liberdade de imprensa,” que inclui a divulgação de notícias falsas. Até ao final do ano, o novo código penal ainda não estava implementado.

O processo de democratização em Angola estagnou ligeiramente em 2019, especialmente nos municípios onde não se programaram as primeiras eleições autárquicas. Embora a constituição permita manifestações pacíficas, em Cabinda, a polícia prendeu activistas que exigiam a independência da província, e na Lunda Norte, a polícia reprimiu protestos de agricultores que viviam próximo dos campos diamantíferos que tinham dificuldades de acesso às suas terras. A polícia também prendeu pessoas que protestavam contra os preços elevados da inflação em Luanda, Moxico e Benguela e agiu violentamente com os vendedores ambulantes durante os esforços para conter o mercado informal. A operação “Resgate,” que tentou trazer mais lei e ordem às ruas em 2019, também foi marcada por força excessiva, pois a polícia e outros agentes da lei intervieram, por exemplo, em engarrafamentos.

A economia angolana continuou a sofrer em 2019 devido à redução do preço do petróleo, que representa mais de 90% das exportações do país. O Banco Nacional de Angola adoptou uma política monetária restritiva para ancorar a situação e compensar o impacto de uma desvalorização cambial. A inflação, embora elevada, caiu de 18,6% no final de 2018 para 17,2% em Julho de 2019. O governo introduziu o primeiro imposto sobre o valor acrescentado (IVA) do país em Outubro, que causou o descontentamento generalizado, inclusive entre as OSCs, cujas despesas operacionais não estavam isentas.

Embora a sustentabilidade geral das OSCs não mudou em 2019, o seu desempenho melhorou em várias dimensões. A capacidade organizacional foi ligeiramente mais forte à medida que as relações das OSCs com os constituintes se

aprofundaram. Os esforços de advocacia tornaram-se mais eficazes à medida que as vias de cooperação com o novo governo se expandiram. A imagem pública das OSCs também melhorou à medida que a mídia controlada pelo estado e privada deu ampla cobertura às suas actividades. O ambiente jurídico das OSCs, viabilidade financeira, prestação de serviço e infra-estrutura sectorial permaneceram inalterados.

De acordo com o Instituto de Promoção e Coordenação de Ajuda às Comunidades (IPROCAC), o principal órgão de supervisão das OSCs, 366 OSCs nacionais, 29 OSCs internacionais, 26 instituições religiosas nacionais, 8 fundações locais, 7 instituições religiosas internacionais e 1 fundação internacional operaram em Angola em 2019.

## AMBIENTE JURÍDICO: 6.0



O ambiente jurídico das OSCs não mudou significativamente em 2019. As OSCs continuaram a registar-se, ao enviarem pedidos de autorização para operar em conjunto com a documentação ao Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos. Assim que recebem a aprovação do ministério, as OSCs registam-se no IPROCAC e nas autoridades provinciais nas áreas geográficas em que pretendem trabalhar. A burocracia continuou a ser o principal obstáculo para a obtenção do estado jurídico em 2019, embora a opção do registo online, tornou o processo mais fácil e aberto para a maioria das organizações. As organizações que procuram trabalhar com questões de direitos humanos e políticas ainda enfrentam algumas dificuldades com o registo, especialmente a nível provincial, onde nem todos os funcionários do governo partilharam a atitude mais aberta

do governo em relação às OSCs. Várias entidades, como a National Endowment for Democracy, a Open Society Organization para a África Austral (OSISA) e a União Europeia (UE) forneceram apoio jurídico e outros as organizações que não estavam documentadas ou estavam em processo de reconhecimento por agências governamentais.

Continuando uma tendência que começou em 2016, relatou-se poucos casos de assédio estatal das OSCs em 2019. A Organização Humanitária Internacional (OHI) não teve problemas para realizar uma palestra sobre direitos humanos por um jornalista investigativo que se afastou do anterior governo. A OHI também realizou capacitação em defesa social e acesso aos direitos humanos no Cuanza Norte e Benguela. A nível local, ainda existe uma aparente desconexão entre a política mais aberta do governo central em relação às OSCs e as administrações locais que se agarram as atitudes hostis do regime anterior. Por exemplo, se uma OSC envolve-se numa questão local dos direitos humanos, as autoridades locais podem ver isso como movimento político e assediá-la organização. Às vezes, as autoridades locais aparecem sem aviso para investigar as actividades das OSCs, o que muitas organizações vejam como abuso de poder. Durante uma manifestação e um seminário sobre os direitos das mulheres realizado pela Plataforma de Mulheres em Acção (PMA) no Horizonte Bantu em 2019, funcionários do escritório local dos Serviços de Investigação Criminal apareceram sem aviso prévio para investigar. No Lobito, província de Benguela, alguns jovens que trabalhavam para o Movimento Revolucionário foram detidos temporariamente em Setembro de 2019, enquanto protestavam contra a falta excessiva de energia e água potável. Prendeu-se as organizações comunitárias na Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico e Cabinda por protestarem contra o tratamento dos agricultores familiares e mineiros artesanais em 2019.

As alterações à Lei do Mecenato que proporcionam maiores benefícios fiscais às empresas que doam para as OSCs entrarem em vigor em Fevereiro de 2019. As empresas registadas no Ministério das Finanças agora podem deduzir doações no valor de até 40% de seus lucros tributáveis totais, ou 30% se as doações beneficiam funcionários e suas famílias. As mudanças visavam incentivar o apoio do sector privado para iniciativas de responsabilidade social, mas não foram bem divulgadas entre as comunidades empresariais nacionais e locais em 2019. Faltam dados que confirmariam se a nova Lei de Mecenato aumentou o financiamento corporativo para as OSCs durante o ano.

Um novo IVA de 14% entrou em vigor a partir de 1 de Outubro de 2019. Cobrou-se o IVA em todos os artigos comprados pelas OSCs, independentemente de quaisquer outras isenções que já foram aplicadas. Os orçamentos operacionais definidos antes da introdução do IVA foram fortemente afectados, especialmente porque muitos doadores não ajustariam os termos das doações para levar em consideração o novo imposto. As OSCs registadas continuaram a ter direito a isenções de imposto de renda e importação com isenções de imposto de artigos necessários para o trabalho humanitário.

Não existe que permita às OSCs não gerarem custos administrativo por meio de seus próprios programas e actividades, embora possam cobrar taxas para cobrir os seus custos administrativos. Para concorrer a contratos governamentais, as OSCs devem ter o estatuto de utilidade pública, que obtêm automaticamente se os seus documentos de registos estiverem actualizados. Uma vez que o processo de licitação não é claro e a elegibilidade das OSCs para competir não é uniformemente reconhecida, as OSCs geralmente têm dificuldades em obter contratos governamentais.

O apoio jurídico das OSCs em Angola continua fraco, embora a experiência nesta área esteja a melhorar gradualmente. A Associação Justiça, Paz e Democracia (AJPD) e a Mãos Livres têm advogados independentes que prestam serviços jurídicos às OSCs. Os jovens detidos no Lobito depois de protestarem contra a falta de serviços foram defendidos por um advogado que não cobrou pelos seus serviços. Dois advogados no Lubango comparecem regularmente às reuniões das OSCs para relatar casos legais que envolvem a sociedade civil.

## CAPACIDADE ORGANIZACIONAL: 5.7

A capacidade organizacional das OSCs foi ligeiramente mais forte em 2019, à medida que as organizações eram mais capazes de desenvolver relacionamentos com as comunidades e outros constituintes, graças ao ambiente político mais aberto.

As OSCs demonstraram habilidades melhoradas para desenvolver relacionamentos para apoiar as suas actividades e ajudar a desenvolver o sector em 2019. Por exemplo, a PMA trabalhou intensamente com dois grupos de mulheres activistas nos direitos das mulheres, com base na violência do género e resposta ao VIH/SIDA na cidade do Ícolo e Bengo. Esses grupos estão agora em processo de obtenção do estado jurídico como associações. Da mesma, em cooperação com a Organização Checa People in Need, a Associação de Desenvolvimento Social e Integração de Populações Vulneráveis (ADESPOV) colaboraram com várias mulheres em questões de direitos humanos; a partir deste trabalho, três grupos registaram-se como associações formais centradas em questões do género e desenvolvimento. Um projecto implementado pela Management Sciences for Health (MSH) para capacitar e apoiar mulheres trabalhadoras do sexo estimulou a formação de dois grupos em cooperação com a Associação para a Solidariedade Cristã e Ajuda Mútua. A maioria das organizações envolvidas em cuidados de saúde continuou a trabalhar com os Agentes Comunitários de Saúde nomeados pelo governo para sensibilizar e realizar outras actividades de divulgação.

As OSCs em Angola geralmente têm planos estratégicos e seguem-nos. O plano estratégico de uma organização e a carta de princípios comumente definem a sua missão, visão e objectivos. Alguns doadores, como as Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP) exigem que as OSCs tenham planos estratégicos para obter financiamento. Em 2019, várias organizações OSCs desenvolvidas começaram a ajudar outras organizações e desenvolver planos estratégicos de longo prazo. Por exemplo, a Plataforma Mulheres em Acção ajudou as Meninas de Rosa em Benguela a desenvolver um plano de cinco anos, e a Organização Humanitária Internacional forneceu apoio semelhante a organizações locais em Benguela, incluindo a Ekumbi – Ombaka, Associação de Mulheres que Vivem com o VIH “Mwenho”, Asoder, Defesa e Protecção de Idosos (IDNC), Associação de Palestras de Benguela, e o Círculo Rastafari de Benguela. A Mosaiko tem um programa que fornece apoio técnico aos grupos que desenvolvem planos estratégicos.



Por lei, as OSCs devem ter conselhos de administração ou direção . Os conselhos reúnem-se periodicamente para revisar suas políticas organizacionais e principais conquistas. As reuniões gerais anuais devem ser documentadas em actas escritas. As OSCs geralmente também têm estruturas de gestão claras, embora possam sobrepor-se ao nível do conselho. Por exemplo, a Presidente do Conselho de Administração da Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo (ADPP) embora as responsabilidades de cada posição sejam claramente divididas. O Fórum Juvenil de Apoio a Saúde e Prevenção do Sida (FOJASSIDA), ADESPOV e a PMA e a ADESPOV também têm chefes de operações que são membros dos conselhos.

Embora apenas algumas organizações tenham políticas de conflitos de interesse, um número crescente de OSCs lutou contra este problema em 2019. Um doador perguntou à PMA sobre possíveis conflitos de interesse quando a organização tentou concorrer numa licitação. Durante a licitação, a FOJASSIDA foi questionada pela FNUAP sobre evidências de sua política antifraude e apresentou uma política que trata de conflitos de interesse.

Encontrar e reter pessoal com as competências e os conhecimentos necessários continuou a ser um grande desafio para as OSCs angolanas em 2019. O actual governo actualmente oferece melhores salários e empregos mais seguros do que as OSCs, em contraste com o regime anterior, quando o inverso era verdadeiro. Os doadores costumam limitar os custos de pessoal a 25% do orçamento total, o que obriga as OSCs a minimizar seus gastos com salários para permanecer dentro deste limite. A Mosaiko compensou esta política ao distribuir funcionários chaves em vários projectos, em vez de mantê-los inteiramente num único projecto. A ADPP e a FOJASSIDA relataram que usam contratos para preencher cargos importantes, como contabilistas e técnicos de informática e aplicam os custos destes contratos em vários projectos.

As OSCs maiores e urbanas têm computadores e algumas organizações, como a Development Workshop (DW) e a Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) têm os seus próprios servidores. A maioria das OSCs pequenas e rurais não têm estes equipamentos, embora quase todos os trabalhadores têm smartphones, que usam para comunicar e acessar a internet. Embora o acesso à internet melhorou em 2019, especialmente nas áreas rurais, os serviços de internet continuam fracos e caros. Alguns funcionários das OSCs começam a trabalhar à noite, quando os serviços de internet são mais confiáveis. As OSCs maiores geralmente têm sites e usam Twitter, Facebbok e Whatsapp. A Rede Angolana de Organizações de Serviços de Sida, Tuberculose e Malária (ANASO) participou numa conferência na África do Sul em 2019 para aprender mais sobre a criação de website, recolha de dados e análise e depois estabeleceu um website para informar a comunidade mais ampla de OSC sobre as suas dsecobertas.

## VIABILIDADE FINANCEIRA: 6.3



A viabilidade financeira das OSCs permaneceu inalterada em 2019. As organizações continuaram a enfrentar severas restrições de financiamento, especialmente depois da introdução do IVA de 14% no dia 1 de Outubro, o que representou dificuldades particulares para as OSCs que dependiam de orçamentos financiados antes desta data.

As OSCs dependem principalmente do financiamento de doadores, que aumentaram ligeiramente em 2019. O principal doador, a União Europeia, introduziu um novo fundo conhecido como Fortalecimento da Resiliência e da Segurança Alimentar e Nutricional em Angola (FRESAN), que oferece financiamento de vários anos para consórcios de OSCs nacionais e internacionais no centro sul de Angola. Os grupos que receberam financiamento do FRESAN em 2019 incluíram a World Vision, Norwegian

Church Aid (NCA) e a People in Need na Huíla; DW, ADPP, Codespa Foundation, Doctors with Africa CUAMM no Cunene; a COSPE e a Fundação Fé e Cooperação no Namibe. Como um exemplo de um projecto financiado pelo FRESAN, ADESPOV, World Vision e o Fundo de Apoio Social (FAS) receberam mais de 1,8 milhões de EURO (aproximadamente 2,1 milhões de dólares) para construir infra-estrutura de água e Escolas de Campo Agro-Pastoris para transmitir técnicas agrícolas adaptadas às mudanças climáticas em áreas afectadas pela seca na província da Huíla. No âmbito de um projecto separado, a União Europeia financiou um projecto de quatro anos centrado no

VIH/SIDA e malária em Benguela, implementado pelo Vall d'Hebron Institute of Barcelona University com a Organização Humanitária Internacional, Associação Juvenil pela Solidariedade, Organização de Investimento Colectivo e o Círculo Rastafari de Benguela.

Os doadores internacionais geralmente colocam os seus recursos em programas de prestação de serviços de emergência, como água e saneamento, alimentos e nutrição, ao invés de projectos de desenvolvimento. No entanto, na Huíla, a People in Need usou os seus próprios recursos para apoiar projectos de combate à violência doméstica, que foram implementados pela Associação Juvenil Mupinda, ADESPOV e a Associação de Mulheres Jovens. No Bié, a ADESPOV usou o financiamento da People in Need para fornecer apoio material e logístico à Associação de Solidariedade Juvenil Adventista para actividades de combate à violência doméstica.

Outros financiadores internacionais em 2019 incluíram a Embaixada do Canadá, que financiou os projectos da PMA (Plataforma Mulheres em Acção) sobre a participação das mulheres nas comunidades; e a Embaixada do Japão, que financiou a construção de salas de aula em Benguela pela Servir e ADC; e a Embaixada de França, que apoiou um pequeno projecto agrícola da ADESPOV. O projecto LINKAGES da USAID, que visava fortalecer a resposta ao VIH em Angola, terminou em Julho de 2019, fez com que muitas OSCs, incluindo a MSH, FOJASSIDA, Mwenho e a Associação Beneficente Cristã perdessem financiamentos vitais.

O governo central raramente oferece financiamento ou contratos para as OSCs. Os governos locais, principalmente a nível municipal oferecem pequenos montantes de financiamento para projectos sociais. Em 2019, a FOJASSIDA continuou a receber financiamento da Administração Municipal do Cazenga e de Governo Provincial do Bié para projectos sociais dirigidos à juventude. A FOJASSIDA também tinha um acordo com o Cazenga para oferecer treinamento remunerado aos funcionários municipais. O Observatório do Género prestou serviços pagos aos municípios em áreas como a protecção de mulheres vendedoras de rua e a organização de feiras de venda de mercadorias. Ao nível provincial, a Administração de Benguela forneceu materiais no valor de 190.000 USD, que incluíram ambulância, mobiliário e materiais de laboratório para um centro de saúde construído pela ADPP. A OHI, a ANASO, a Prazedor e algumas outras organizações trabalharam com as administrações municipais em vários pequenos projectos sociais, com pequenos incentivos pagos aos funcionários das OSCs envolvidos nas actividades. Visto que as OSCs são organizações sem fins lucrativos, as agências governamentais normalmente reembolsam apenas os custos reais incorridos.

No sector corporativo, as empresas internacionais petrolíferas continuaram a fornecer financiamento às OSCs. Por exemplo, a ExxonMobil financiou projectos de OSCs na agricultura e saúde; a Chevron apoiou projectos educacionais e de segurança rodoviária; e a BP financiou projectos educacionais em 2019. O único banco que ofereceu financiamento para as OSCs para projectos sociais em 2019 foi o BFA com a iniciativa de BFA Solidário. As empresas locais fornecem um apoio mais regular às OSCs. Por exemplo, em 2019, o Grupo Simples continuou a fornecer financiamento à ADPP para projectos agrícolas. No geral, qualquer financiamento disponível por meio de programas de responsabilidade social corporativa não é anunciado em jornais ou boletins de empresa, e apenas as OSCs com bons contactos comerciais e boas habilidades de comunicação tendem a acessar tais fundos.

As OSCs angolanas fazem poucos esforços para gerar receitas. Algumas OSCs geram receitas para programas com a venda de produtos e serviços. Por exemplo, a Mwenho produz fitas de VIH e vende-as para as empresas petrolíferas, e a ADESPOV vende produtos de vedação para a Coca-Cola Company e a Empresa de Cervejas N'gola e ganha cerca de 551.000 AOA por mês (aproximadamente 6.000 USD) por mês. A FOJASSIDA criou uma plataforma digital para atrair pequenas doações locais, mas não gerou muitas respostas em 2019.

Quase todas as OSCs usam programas de contabilidade de software padrão, como QuickBooks, Primavera e LCGI para a contabilidade e outros propósitos de gestão financeira. As OSCs usam planilhas Excel simples para controlar as transações financeira. As OSCs que recebem financiamento estrangeiro geralmente passam por auditorias externas.

## ADVOCACIA: 4.9

A advocacia das OSCs melhorou ligeiramente em 2019, à medida que a nova era de cooperação entre o governo e as OSCs, que começou com a reunião histórica do presidente e os representantes das OSCs em Dezembro de 2018, ficou mais estabelecida em 2019.

As OSCs continuaram a participar nas reuniões governamentais e outras deliberações de formulações políticas em 2019. Por exemplo, a PMA (Plataforma Mulheres em Acção) participou numa reunião na Assembleia Nacional sobre o orçamento nacional e apoiou o aumento de alocações ao Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher para programas de desenvolvimento de habilidades das mulheres e na prevenção da violência doméstica. A ADRA organizou uma conferência sobre orçamento municipal com a participação de vários ministérios e OSCs. A OHI organizou duas mesas redondas sobre questões do governo local, que reuniu OSCs, membros do parlamento e outros políticos nos meses de Abril e Maio. Cerca de 12 OSCs, que incluíram a IDNC, Associação de Palestras de Benguela, Associação Social para o Desenvolvimento Económico Rural, Mwenho, Ekumbi-Ombaka e associações de estudantes da Universidade Jean Piaget participaram destas reuniões. Estes grupos também reuniram-se com as comunidades locais para explicar que as eleições autárquicas ocorreriam pela primeira vez em 2020. Convidou-se várias OSCs a participar de comités de consulta social provinciais e municipais para discutir projectos e políticas de desenvolvimento. Por exemplo, a PRAZEDOR participou nas reuniões do comité social na Huíla; a OHI em Benguela e a ADESPOV no Bié também participaram nestas reuniões.

Os outros esforços de advocacia incluíram a monitoria da FOJASSIDA das políticas de saúde pública no município do Cazenga. Em partes de Benguela, especialmente no bairro pobre do Lobito, as OSCs locais lideradas pelo Movimento Revolucionário fizeram uma manifestação num esforço para pressionar as autoridades a melhorar o fornecimento de electricidade. O esforço foi bem-sucedido, pois depois da manifestação, o Governador de Benguela garantiu que não havia grande falta de energia eléctrica na área. Na Huíla, o governador trabalhou arduamente com as OSCs para melhorar os serviços públicos. Embora mal-sucedida, esta iniciativa pelo menos criou novas possibilidades de diálogo entre o governo local e as OSCs.

A ADRA organizou um debate sobre políticas educacionais em Outubro de 2019, com o financiamento da OSISA e da Rede Africana da Campanha da Educação para Todos. No debate, a Rede de Educação para Todos, uma organização guarda-chuva de 50 OSCs educacionais, apresentou um estudo sobre políticas educacionais. A PMA continuou a trabalhar com as empresas locais de produção de água mineral para garantir ambientes mais limpos e a Omunga ajudou a organizar vários debates com as OSCs em Benguela e Huíla sobre cidadania e questões relacionadas.

Os esforços de lobby das OSCs em 2019 incluíram o trabalho da ANASO na legislação que aborda a acção comunitária sobre o VIH/SIDA. As OSCs como a Rede Ambiental Maiombe e a ADRA trabalharam na legislação de protecção ambiental para ajudar a compensar a ausência de leis que garantam que as empresas sejam responsáveis para com as comunidades que trabalham. As OSCs, como a SOS, defenderam a reforma das leis que regem o direito à terra.

Num esforço para melhorar o ambiente jurídico para a sociedade civil, as OSCs contribuíram para o projecto de lei mecenato que visa incentivar as doações individuais e corporativas às OSCs. Depois da aprovação da lei, a OHI fez planos para divulgá-las amplamente para as OSCs, órgãos de sectores públicos e privados e indivíduos interessados em actividades comerciais, muitos dos quais não estavam informados sobre os seus conteúdos.



## PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: 5.1



A prestação de serviços das OSCs não mudou em 2019. As OSCs continuaram a fornecer serviços básicos nas áreas que foram desde água e saneamento a educação, cuidados primários de saúde, empreendedorismo feminino, direitos humanos e mobilização de jovens. A Prazedor ofereceu treinamentos de alfabetização aos estudantes e professores. Em Benguela, a Leigos para o Desenvolvimento, uma organização religiosa ligada à Igreja Católica, realizou projectos de alfabetização de adultos. Várias organizações continuaram a apoiar os refugiados congoleses que chegam à província da Lunda Norte. Por exemplo, a ADPP ofereceu educação para crianças refugiadas e treinamento de alfabetização para adultos, formação de professores e formação técnico profissional; a Norwegian Church Aid forneceu serviços de água e saneamento; a World Vision apoiou a segurança alimentar;

a Médicos do Mundo ofereceu serviços de saúde; o Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM) ajudaram no repatriamento de refugiados; e a Federação Luterana Mundial trabalhou em projectos agrícolas e de subsistência.

As OSCs são receptivas às suas comunidades e, por esta razão, os membros do público frequentemente entram em contacto com as OSCs para serviços específicos, como testes de VIH, tuberculose e malária ou projectos de desenvolvimento comunitário. As OSCs trabalham com as comunidades e realizam estudos para identificar as suas necessidades mais importantes. Em 2019, a MSH realizou um estudo local antes de oferecer serviços de teste de sífilis na zona de Viana, Luanda. Com o financiamento do FAS, a ADPP ajudou as comunidades do Bucu Zau, província de Cabinda e Ícolo e Bengo em Luanda a identificar e priorizar projectos de desenvolvimento nas suas áreas. A PMA realizou estudos no Ícolo e Bengo e na Terra Nova em 2019 para identificar os problemas da comunidade e depois trabalhou com as autoridades para encontrar financiamento para projectos de combate à escassez de água. A ADESPOV realizou um estudo na Huíla sobre um possível projecto de água antes de submeter uma proposta para o projecto do FRESAN da União Europeia.

Às vezes, as OSCs procuram recuperar custos ou gerar receitas por meio da prestação de serviços. A PMA organizou dois seminários para o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher em 2019 e, com a People in Need, organizou duas sessões de treinamento sobre liderança feminina no Bié e Camacupa. Os custos dos seminários foram reembolsados pelo ministério. A ADESPOV, FOJASSIDA e a Prazedor mantiveram contratos de prestação de serviços com as administrações municipais, principalmente para trabalhos em projectos sociais, como treinamento de jovens e campanhas de prevenção da malária.

No geral, o governo reconhece a contribuição das OSCs para o desenvolvimento do país e o estabelecimento de processos democráticos. Ao inaugurar a conferência da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) em Luanda no mês de Agosto, o Ministério do Ambiente declarou veementemente que as OSCs dão um contributo valioso para o sector ambiental. O governo também reconheceu as organizações individuais em 2019. A Prazedor foi escolhida para participar de alguns eventos de alto nível, como a comemoração do Dia Mundial da Luta contra o SIDA que teve a presença da Primeira Dama da República de Angola. O Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher reconheceu o desempenho da PMA numa conferência de desenvolvimento na África do Sul, e a Administração Municipal da Saúde do Cazenga pediu à FOJASSIDA para participar nas suas actividades de sensibilização sobre o VIH/SIDA.

## INFRA-ESTRUTURA SECTORIAL: 5.8

A infra-estrutura de apoio ao sector das OSCs não mudou em 2019. Poucos centros de recursos as OSCs, e aqueles que operam são amplamente informais. A DW, AJPD, ADRA, Omunga, Mosaiko e várias outras organizações têm bibliotecas com instalações para aprendizagem, pesquisa e troca de informações.

Não existem organizações intermediárias de apoio em Angola. Poucas organizações locais reconcedem fundos de doadores, embora em 2019 a ADPP concedeu doações a três OSCs com financiamento de um novo projecto financiado pelo PNUD/Fundo Global sobre o VIH/SIDA.

As OSCs angolanas gozam de boa solidariedade e colaboram em projectos. A ADPP, OHI e a Prazedor continuaram a cooperar na testagem do VIH e sensibilização, e a ANASO colaborou com muitas organizações na luta contra o VIH/SIDA em 2019. A ADPP e a Mentor Initiative e CICA trabalharam em conjunto em iniciativas para prevenir a malária. Vários consórcios de organizações angolanas e internacionais candidataram-se a financiamento do fundo FRESAN da União Europeia em 2019.

As OSCs tiveram várias oportunidades de treinamento em 2019, que incluiu treinamento oferecido pelas outras OSCs. Por exemplo, a OHI participou em duas sessões de treinamento sobre resposta do VIH no Departamento de Saúde de Benguela e frequentou um curso sobre questões eleitorais oferecido pelo Instituto Angolano de Sistemas Eleitorais e Democracia. Em Luanda, forneceu-se três sessões sobre questões de saúde comunitária e individual aos membros da ANASO com o apoio da World Vision e várias agências das Nações Unidas. Os parceiros do projecto LINKAGES da USAID participaram num treinamento da MSH na ferramenta do sistema de gestão de geografia. A OHI, ADESPOV e a ADRA ajudaram outras OSCs a desenvolver planos estratégicos e partilharam avaliações da linha de base comunitária e relatórios de avaliação. Organizações menores que pertencem a redes e organizações guarda-chuvas frequentemente beneficiam-se de capacitação e treinamento. Por exemplo, em 2019, a ANASO ofereceu aos seus membros treinamento em recolha de dados e campanhas comunitárias, e a FOJASSIDA organizou treinamento em resposta ao VIH, com a participação de 41 das suas organizações membros.

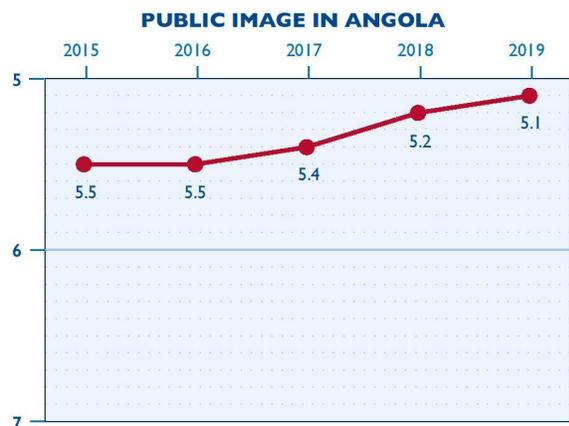
As OSCs trabalharam com o sector privado, governo e a mídia para alcançar objectivos mútuos em 2019. A FOJASSIDA fez parceria com a Rádio Cazenga para divulgar questões de saúde da comunidade e a OHI trabalhou com a Voz da América em debates de políticas públicas. A Mentor Initiative e a ADPP ajudaram a Direcção Nacional de Saúde Pública a recolher dados sobre doenças tropicais negligenciadas entre crianças em idade escolar nos municípios do Andulo e Cunhinga e compilar um relatório abrangente. No Dia Mundial em Memória às Vítimas da Estrada em Novembro, a ADPP organizou uma grande marcha em Memória às Vítimas da Estrada em Cabinda em conjunto com a Direcção Nacional da Viação e Trânsito e algumas empresas privadas.

SECTORIAL INFRASTRUCTURE IN ANGOLA



## IMAGEM PÚBLICA: 5.1

A imagem pública continuou a melhorar em 2019, à medida que os meios de comunicação privados e estatais deram ampla cobertura às suas coberturas. Novas estações de rádio surgiram em 2019, como a Rádio Kizomba, Rádio Super FM, Rádio Jovem e Rádio Alpha estavam entre as rádios que buscavam informações mais activamente e apresentavam notícias positivas sobre as OSCs. As organizações receberam tempo de antena gratuito para transmitir



mensagens de campanha e anunciar seus eventos ou actividades. A ANGOP, serviço de imprensa online, cobriu regularmente as actividades das OSCs, que incluiu cerimónias de graduação das Escolas de Magistério ADPP e Escolas Polivalentes e Profissionais apoiados pela ADPP, que também foram cobertas por várias estações televisivas. Um evento no Dia Mundial da Luta contra a Malária liderado pela OHI teve cobertura da Rádio Benguela, Voice of America, Rádio Nacional de Angola, Rádio Eclésia e Rádio Mais. A mídia apareceu sem convite num treinamento para as OSCs promovido por agências das Nações Unidas em Luanda. A marcha organizada pela ADPP no Dia Mundial em Memória às Vítimas da Estrada teve destaque na primeira página do Jornal de Angola e em todos os canais televisivos. As actividades durante o projecto do VIH da OHI em Benguela foram cobertas pela

ANGOP, Voz da América, Tv Zimbo, e a emissora nacional, TPA. Os meios de comunicação as actividades de organização evitadas pelo anterior governo, como a Omunga, Mãos Livres, AJPD e a SOS Habitat.

As OSCs desfrutam de percepções públicas positivas, especialmente porque a nova administração sinalizou para o público que as OSCs são seus parceiros de desenvolvimento. Esta é uma mudança marcante em relação ao regime anterior, quando o público tinha conhecimento dos serviços prestados pelas OSCs, mas não era muito acolhedor. Hoje, o público vê menos as OSCs como uma fonte de caridade e mais como fornecedores de informações, serviços e apoio de saúde que permitem que as comunidades se ajudem.

As percepções do governo sobre as OSCs foram amplamente positivas em 2019. Os representantes do governo fizeram comentários positivos sobre as OSCs na imprensa. No Dia Mundial da Luta contra a Sida, convidou-se várias OSCs pertencentes à ANASO para um evento com a presença da Primeira Dama da República, que teve a cobertura da imprensa. Ao falar na abertura do Fórum das OSCs da SADC em Agosto, o Ministro do Ambiente afirmou que “as OSCs desempenham um papel importante na consolidação dos processos de desenvolvimento dos países . . . [e ajudam] os governos a realizar os seus programas para o bem-estar das comunidades.” Ele elogiou o trabalho das OSCs ambientais em particular. Embora alguns funcionários locais mantenham a visão negativa das OSCs típicas do antigo regime, muitos funcionários do governo que as OSCs consideravam arrogantes no passado pareciam mais flexíveis em relação às OSCs em 2019.

Como o governo, o sector privado é positivo sobre o papel das OSCs no desenvolvimento do país e oferece cada vez mais apoio aos projectos das OSCs.

A maioria das OSCs usa o Facebook e o Twitter e hospeda os seus próprios websites para divulgar informações sobre os seus projectos, eventos e campanhas. Elas também esforçam-se para construir relacionamento com jornalistas, que rendeu uma cobertura mais favorável da imprensa em 2019.

A ADPP, a Mosaiko, a DW e outros líderes de OSCs publicam relatórios anuais e informam ao IPROCAC, seus ministérios, administrações municipais e comunais e constituintes sobre seus objectivos de projecto e actividades principais. Elas também anunciam o fim dos projectos às comunidades e líderes tradicionais. Todas as OSCs escrevem relatórios periódicos durante a implementação do projecto, que partilham com o IPROCAC, agências doadoras e funcionários governamentais relevantes.

A maioria das OSCs têm códigos de conduta internos, que partilham com os doadores como parte dos pedidos de financiamento, se necessário. Códigos de conduta sectoriais também são comuns. Os 50 membros activos da ANASO têm um código de conduta comum para projectos de VIH/SIDA, e a DW desenvolveu padrões mínimos para projectos de água e saneamento. As OSCs também devem obedecer a quaisquer códigos de conduta adoptados pelos ministérios sectoriais. Por exemplo, o Ministério da Educação tem um código de conduta para actividades educacionais que todas as OSCs que trabalham no sector educacional devem observar. As Escolas de Magistério ADPP também seguem o código de conduta do ministério.

**Aviso legal:** As opiniões aqui expressas são dos membros do painel e de outros pesquisadores do projecto e não reflectem necessariamente as opiniões da USAID ou da FHI 360.